

A ESCRITA ACADÊMICA E O FAZER CIENTÍFICO: ANÁLISE DO GÊNERO ARTIGO CIENTÍFICO

Raquel Basílio (UFPB)
raquel.basilio@gmail.com

Regina Celi Mendes Pereira (UFPB)
reginacmps@gmail.com

Renata de Lourdes Costa de Menezes (UFPB)
renata.lmc@ig.com.br

Introdução

Nosso trabalho se baseia nas pesquisas realizadas no âmbito do projeto intitulado “Ateliê de Textos Acadêmicos” (ATA/PNPD¹), orientado pelos princípios teóricos e metodológicos do Interacionismo Sociodiscursivo (ISD), no contexto das pesquisas em Linguística Aplicada (LA), desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal da Paraíba (PROLING/UFPB).

O projeto ATA configura-se como uma iniciativa de investigação, essencialmente de caráter interdisciplinar, dos aspectos linguístico-discursivos de textos acadêmicos, produzidos no cerne dos diversos campos do conhecimento, e se respalda na necessidade de proporcionar letramento acadêmico frente às demandas atuais de qualificação profissional.

Nossa discussão neste espaço visa apresentar os resultados iniciais de pesquisa no que tange à constituição do conceito de ciência a partir de uma análise comparativa de dois artigos, sendo um da área de Filosofia e outro da Psicologia, o que envolve, necessariamente, a compreensão da planificação do gênero textual, da escrita científica e da própria produção do conhecimento. Para tanto, fundamentamos nossas análises em dois eixos, a saber: (1) nos estudos referentes ao saber/fazer científico, em especial, nas discussões de Bourdieu (1983, 2002) e Popper (2007 [1934]) e (2) no quadro teórico-metodológico geral do ISD, conforme proposto por Bronckart (1999, 2006, 2008).

Nossa intensão é refletir, a partir dos artigos, sobre a construção do saber nas áreas da Psicologia e da Filosofia, as especificidades oriundas da natureza dos dois campos de estudo, as ideologias cientificistas que orientam as pesquisas nas duas disciplinas e como essas questões são refletidas e materializadas nos textos escritos.

Iniciaremos nossa reflexão apresentando, brevemente, o percurso histórico da ciência, a partir dos temas, objetos e métodos socialmente legitimados nesse domínio ao longo do tempo. Em seguida, discutiremos os conceitos de texto e mundos discursivos – fundamentadas no aporte teórico-metodológico do ISD – e suas implicações, nas nossas análises, para compreensão das relações entre os textos e as ações humanas. Por último, apresentaremos uma comparação realizada entre um artigo científico da área de Filosofia e outro da área de Psicologia que permitirá entrever as questões mais gerais colocadas por nós sobre a objetividade e subjetividade na ciência e suas implicações para a escrita científica.

1. O que é ciência?

O termo “ciência” ou “científico” tem assumido diversas acepções no curso da História da Ciência e, conseqüentemente, no cotidiano do autor da ciência (o cientista), como nos mostram os estudos diacrônicos de Primon *et al* (2000) e de Araújo (2006). Segundo Chalmers (1993) podemos, contudo, com este termo, nos referir, ao mesmo tempo, num dado

¹ CAPES – PNPD – Processo nº 23038.007066/2011-60

estado sincrônico, a um “corpo de conhecimentos com certas características”, a um “método de investigação” e a uma “instituição social”. Todas essas concepções estão baseadas na questão primordial para ciência que pode ser formulada simplesmente como: O que é um fato científico?

Sob a ótica empirista – iniciada por Francis Bacon e propagada por pioneiros, como Galilei e Newton, como consequência da Revolução Científica, ocorrida no século XVII e popularizada no que se convencionou chamar de “Ciência Moderna” – os fatos científicos são afirmações sobre o mundo que podem ser diretamente estabelecidas por meio do manuseio cuidadoso, neutro e sistemático dos elementos da realidade. Isso significa que a ciência deve se fundamentar nos dados estabelecidos apenas pela observação e experiência, logo, naquilo que podemos ver, ouvir e tocar, e nunca deve se basear em opiniões pessoais ou especulações. Os fatos científicos, por sua vez, devem levar à construção de leis e teorias que constituem o conhecimento científico objetivo.

Corroborando esse entendimento, Popper (2007 [1934]) desenvolve seu discurso baseado na dicotomia “ciência *versus* pseudociência”. Ele afirma:

Ora, eu sustento que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, mas que, não obstante, são suscetíveis de serem submetidas à prova. Direi, conseqüentemente, que a objetividade dos enunciados científicos reside na circunstância de eles poderem ser intersubjetivamente submetidos a teste. [...]. O efeito físico, cientificamente significativo, pode ser definido como passível de ser regularmente repetido por qualquer pessoa que realize o experimento adequado, segundo o modo prescrito (POPPER, 2007 [1934], p. 46-47).

A citação acima resume a proposta do autor à ciência: a de que a objetividade científica deve ser interpretada como método. O traço distintivo da ciência, logo, estaria no caráter provável, enquanto presunção de verdade, dos fenômenos investigados. Isso significa que a demarcação entre teorias científicas e pseudocientíficas está, antes, na definição e no emprego de um método científico. Nesse sentido, a intersubjetividade evocada por ele refuta a subjetividade (as impressões e conjecturas pessoais) uma vez que nas interpretações subjetivas não há um controle racional por via da circunstancialidade experiencial. Sobre isso, declara ainda: “Manifesto a fé que tenho numa interpretação objetiva, acima de tudo por acreditar, que somente uma teoria objetiva está apta a explicar a aplicação dos cálculos de probabilidades em ciência empírica” (POPPER, 2007 [1934], p. 164).

Desse modo, haja vista que as considerações forjadas sociohistoricamente sobre a ciência partem da imposição do paradigma empirista para todos os campos do saber, nos temos de Bourdieu (1983), compreendemos que Popper não oferecia um quadro para outras ciências, como as Ciências Sociais e Humanas, e para a própria Filosofia, conforme destacaremos adiante em nossas análises.

Podemos sentir essa atmosfera unificadora também nas obras de Carnap e Hempel publicadas no final dos anos de 1920 até os anos de 1950, frutos da reflexão sobre ciência que teve seu início no Circulo de Viena . Nessa publicação, eles sugeriam a necessidade de instituir padrões ideais de raciocínio científico que deveriam ser aceitos por todos os campos, buscando uma uniformização do conhecimento e do fazer científico. Todavia, segundo veremos, tais padrões parecem não abarcar, de modo satisfatório, os diversos temas e campos de pesquisa.

Assim sendo, evidenciamos o contrassenso de um paradigma abarcar, sozinho, toda complexidade do fazer científico. Quando assumimos, referenciando Chizzotti (2003), que o pesquisador está marcado pela realidade social, que toda observação está possuída por uma teoria, que o texto não escapa a uma posição no contexto político e a que objetividade está

delimitada pelo comprometimento com sua realidade circundante, a própria atividade científica se expande por meio da consciência de que a compreensão da experiência humana não pode ser reduzida a um único método de investigação. Obviamente isso não significa o descompromisso e a falta de legitimidade e validade das pesquisas, mas, como nos ensina Cartwright (1983, p. 230), “não há razão óbvia para esperar que a mesma alternativa se aplique a toda a disciplina científica”.

Desse modo, podemos nos perguntar: Por onde exordiar? Qual ponto de partida para o fazer científico? Há um ponto de partida legítimo? Bourdieu (2002) em sua reflexão sobre o fazer do sociólogo e o fazer do cientista nos permite um ponto de partida que não é único, nem positivo, mas relacional. Nas suas palavras,

[...] torna-se presente o primeiro preceito do método, que impõe que se lute por todos os meios contra a inclinação primária para pensar o mundo social de maneira realista ou, para dizer como Cassirer, substancialista: é preciso pensar relacionalmente. Com efeito, poder-se-ia, dizer, deformando a expressão de Hegel: o real é relacional. (BOURDIEU, 2002, p.27-28).

Isso porque, ao estudar um objeto, o cientista não pode desvinculá-lo de seu campo, é necessário analisar o objeto relacionando-o sempre com aquilo que há ao seu redor, com as condições objetivas de sua existência, pois nada está fora de sua interação com o todo. É nessa acepção de uma realidade híbrida, heterogênea, que a ideia de pensamento relacional permite repelir a noção idealista de universalidade científica. O processo de construção do conhecimento deve estar aberto às diferentes influências, desatado de doutrinas e amarras intelectuais, despossuído de qualquer norma/fórmula elaborada *a priori*. Assim sendo, Bourdieu (2002, p. 26) refere que

a pesquisa é uma coisa demasiado séria e demasiado difícil para se poder tomar a liberdade de confundir a rigidez, que é o contrário da inteligência e da invenção, com o rigor, e se ficar privado deste ou daquele recurso entre os vários que podem ser oferecidos pelo conjunto das tradições intelectuais da disciplina – e das disciplinas vizinhas: etnologia, economia, história. Apetecia-me dizer: “É proibido proibir” ou “Livrai-vos dos cães de guarda metodológicos”.

A partir, pois, das posições apresentadas por Popper (2007 [1934]) e por Bourdieu (2002), nas linhas seguintes, iremos refletir sobre os textos a partir do quadro teórico-metodológico do ISD.

2. Os textos e os mundos discursivos à luz do ISD

No âmago do ISD, a ação de linguagem é compreendida como atividade coletiva que organiza as interações dos indivíduos com o meio ambiente e as relações com um ou vários indivíduos singulares. A realização efetiva dessas ações languageiras ocorre sob a forma de textos e, nesse sentido, segundo Bronckart (2006, p. 139), o texto pode ser definido “como o correspondente empírico-linguístico de uma determinada ação de linguagem”.

À medida que assumimos que a linguagem é uma atividade social, assumimos também a dimensão comunicativa e representativa do discurso. Isso significa que há um acordo coletivo, um “mundo discursivo representado”, conforme designação de Habermas (1987), paralelo ao mundo ordinário, através do qual são avaliados todos os pensamentos e todo agir particular. Essa convenção social está, segundo o autor, calcada em três critérios de pretensão de validade:

- 1) Veracidade da afirmação: alude ao *mundo objetivo*, ordinário, entendido como as representações dos aspectos e parâmetros físicos;
- 2) Correção normativa: refere-se ao *mundo social*, entendido como as representações sobre as regras, as leis, as normas que regem a vida na coletividade.
- 3) Autenticidade e sinceridade: reporta-se ao *mundo subjetivo*, entendido como as representações do agente-produtor sobre qualidades, propriedades e faculdades próprias.

As representações dos três mundos, sempre dinâmicas reatualizáveis, são acumuladas na memória do agente-produtor durante toda a vida e, assim, compõem o conjunto geral de conhecimentos simultâneos, cujo espectro trará sempre efeitos, absolutamente imprevistos ao texto (BRONCKART, 2008). Assim, ao textualizar os mundos representados o agente-produtor o fará seguindo as coordenadas dos “mundos discursivos”.

Bronckart (1999, p. 152) sustenta, então, que “os mundos discursivos se constroem com base em dois subconjuntos de operações”. As primeiras expressam a relação entre as coordenadas gerais que organizam o conteúdo do texto e seu grau de **conjunção** ou **disjunção** da realidade objetiva. Se conjunto, então, temos um mundo da ordem do “expor”; se disjunto, da ordem do “narrar”. As segundas dizem respeito à relação de **implicação** ou **autonomia** das instâncias de agentividade num texto. O cruzamento dessas duas distinções permite definir os quatro mundos discursivos bronckartianos:

- a) Mundo do expor implicado, que materializa o que denominou “discurso interativo”;
- b) Mundo do expor autônomo, que materializa o que denominou “discurso teórico”;
- c) Mundo do narrar implicado, que materializa o que denominou “relato interativo”;
- d) Mundo do narrar autônomo, que materializa o que denominou “narração”.

Os tipos de discurso, como postos acima, são protótipos, isto é, são unidades não previstas ou atípicas que podem aparecer localmente em qualquer texto (BRONCKART, 1999, p. 206). Portanto, em nossa reflexão, discutiremos o conceito de ciência como uma atividade social e como atividade de linguagem “imputável” a um agente, o cientista, que materializa seu fazer científico, e o torna público, na entidade empírica que é o texto singular, particularmente o artigo científico, a partir dos tipos discursivos específicos. Nessa relação, destacaremos também o efeito dos verbos no ato de produção do conhecimento científico e suas possíveis articulações com a concepção de ciência perpetuada no âmbito dos campos da Filosofia e da Psicologia

Ainda, assentaremos nossas análises na infraestrutura global do texto, na planificação e organização dos conteúdos temáticos, conforme proposto por Bronckart (1999), enquanto fonte de dados sobre as estratégias retóricas peculiares à escrita científica em cada campo do conhecimento e, mais especificamente, próprias ao estilo de cada agente-produtor, subjugadas nossas análises ao contexto socio-subjetivo de produção.

Nessa direção, procuraremos, a seguir, observar, nos textos escolhidos para análise, as marcas das representações individuais e coletivas do agir científico. Em outras palavras, buscaremos discutir como o conceito de ciência adotado pelo pesquisador, como a escolha do método de análise e de seu tema de discussão estão representados em suas ações linguageiras.

3. A interpretação que os textos nos oferecem

A fim de observarmos as especificidades da escrita científica subjacentes aos campos da Filosofia e da Psicologia, compuseram nosso *corpus* de análise dois artigos científicos que versavam, ambos, sobre a “Teoria dos Atos de Fala”, tal como preconizada por Austin e Searle. Partimos do pressuposto de que, a partir de uma temática comum, seria mais fácil

ressaltar as semelhanças e diferenças inerentes ao processo de construção e textualização do conhecimento nas duas disciplinas.

Assim, observamos o contexto de produção, a infraestrutura textual e as marcas enunciativas postas à baila pelos verbos presentes nos artigos intitulados “A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática da linguagem” e “Compreensão de discurso não literal: o caso de violações das máximas de quantidade e de solicitações indiretas”, das áreas de Filosofia e Psicologia, respectivamente, para, posteriormente, proceder a uma discussão comparativa e interpretava que tem como objetivo maior responder às questões de pesquisa anteriormente descritas.

Em linhas gerais, primeiramente, apresentaremos o contexto de produção e a macroestrutura dos textos em termos de organização das informações, ou da planificação geral e organização dos conteúdos temáticos, tal como proposto por Bronckart (1999). Entendemos, nesse sentido, que o gênero “artigo científico” possui uma organização geral, que pode ser identificada na maior parte dos textos que pertencem a essa espécie, ao mesmo tempo em que possui estratégias retóricas intrínsecas a cada campo do conhecimento e, mais especificamente, próprias ao estilo de cada agente-produtor. No quadro abaixo, expomos, portanto, a planificação geral e o contexto de produção dos artigos analisados.

Área	Filosofia	Psicologia
Subárea	Filosofia da Linguagem	Psicolinguística
Periódico	Revista Filosofia Unisinos Qualis CAPES B1	Revista Psicologia: reflexão e crítica Qualis CAPES A1
Ano de publicação	2006	2001
Título	A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática da linguagem	Compreensão de discurso não literal: o caso de violações das máximas de quantidade e de solicitações indiretas
Autor	Danilo Marcondes de Souza Filho	Maud Champagne
Filiação acadêmica	Pontífica Universidade Católica do Rio de Janeiro	Universidade de Toulouse-le Mirail, na França
Planificação do resumo	Problema, Objeto de estudo, Aportes teóricos e Conclusões	Contextualização do tema, Objetivo geral e Resultados alcançados
Palavras-chave	Pragmática; Wittgenstein; Teoria dos Atos de Fala	Pragmática; psicolinguística; significado não literal; solicitações indiretas; máximas da conversação
Planificação do artigo	Introdução (problema), teoria-método (discussão do argumento), Resultados-Discussão (proposição do autor), Conclusão e Referências	Introdução (linha teórica), Método (participantes, procedimentos de coleta e análise dos dados), Resultados (dados estatísticos), Discussão e Referências

Metodologia	Método Dialético	Pesquisa empírica Método quantitativo
Categoria textual	Artigo Ensaio	Artigo Relato de pesquisa

Quadro 1 - Contexto geral de produção e infraestrutura textual

No que concerne ao periódico “Filosofia Unisinos”, as normas específicas sobre a planificação textual apenas orientam quanto ao número mínimo e máximo de páginas, ao tipo e tamanho da fonte e do espaçamento, à extensão do resumo e quantidade de palavras-chave e às recomendações aos autores acerca das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para citações e referências.

No periódico “Psicologia: reflexão e crítica” as normas específicas sobre a planificação textual destacam o número mínimo e máximo de laudas, o layout da página, o tipo e tamanho da fonte e dos espaçamentos, o alinhamento do texto, os elementos que devem compor o manuscrito (folha de rosto, resumo, abstract, corpo do texto, referências, anexos, notas de rodapé, tabelas e figuras) e o estilo segundo as normas de publicação da American Psychological Association (APA).

Essas regras de publicação das revistas, oriundas dos mundos objetivo e social, mediatizadas pelo mundo subjetivo do agente-produtor, incidem diretamente na materialização do artigo, uma vez que visam padronizar a escrita científica. Entretanto, por outro lado, há um grau de normatização, implícito ao processo de textualização, que parece estar mais ligado a quão inclinado está, ou não, um campo (e, por conseguinte, o pesquisador) aos ideais empiristas de pensar e fazer ciência. Destacaremos, adiante, nos dois artigos, as marcas das representações individuais e coletivas do agir científico. Em outras palavras, avultaremos como o conceito de ciência, aceito pelo campo e adotado pelo pesquisador, reflete a escolha do tema de discussão e do método de estudo ao passo que é representado na ação languageira.

Nesse sentido, observamos que em todo desenrolar da planificação do artigo da área de Psicologia, e em suas relações diretas com a metodologia e com a categoria textual utilizada, subjaz uma concepção de ciência assentada em dados estabelecidos pela observação e experiência e, logo, pela sistematicidade de um rigoroso método científico, sob pena de, conforme pontuou Popper (2007 [1934]), revelar-se uma pseudociência. Observamos, portanto, no âmago da Psicologia, uma tentativa de responder positivamente à questão evocada pelo autor supracitado, e, conseqüentemente, um movimento do campo de se adequar ao paradigma vigente.

Houve, portanto, rigor na apresentação do método (amostra, procedimentos de coleta e análise dos dados), minúcia e imparcialidade no trato das variáveis, descrição estatística dos dados obtidos com a pesquisa e discussão apenas demonstrativa dos resultados alcançados, o que evidencia a objetividade no manuseio do conhecimento produzido; uma representação racional, ordenada e unificada da realidade circundante, numa tentativa explícita de tornar a percepção liberta de possíveis interferências oriundas de especulações subjetivistas. A “Teoria dos Atos de Fala”, assim, foi categorizada como modelo de **aferição estatística** do comportamento humano.

Distante desse modo positivista de criar inteligibilidade sobre o mundo, o campo da Filosofia não reivindica para si o estatuto de ciência e, contracorrente, reclama apenas um espaço único, o do campo filosófico, com sua própria metodologia e temas de interesse. Assim sendo, se alinha à perspectiva relacional, proposta por Bourdieu (2002), que rechaça a

cristalização de um modelo único e universal de produção do conhecimento científico, ante as individualidades inerentes a cada campo do saber.

A teoria-método em Filosofia, longe de se curvar ao empirismo científico, é uma discussão dialética em defesa de uma tese, sustentada por argumentos e proposições alvitadas pelo agente-produtor do artigo. Nessa perspectiva, não carece que as observações sejam evidências da existência, ao contrário, há um apelo para que o pensamento crítico seja tomado parte substancial do conhecimento científico. A “Teoria dos Atos de Fala”, logo, diferentemente de como foi apropriada pela Psicologia, constituiu a epistemologia que deu base às ideias amparadas **cognitivamente** pelo autor do texto, portanto, desprovidas de teste empírico.

A partir desses apontamentos, nossa pesquisa posiciona a Filosofia no cerne da discussão sobre o discurso científico, em especial, por estar num entrelugar, exatamente no ponto de união e ruptura das reflexões acerca do assunto. Dessa maneira, ao tomar o texto da área da Filosofia para estudo não estamos tentando reduzir a Filosofia ao paradigma cientificista dominante que acaba por instituir o critério de verdade – o que é fato científico e o que não o é, qual metodologia é verdadeiramente científica, quais temas são de interesse para ciência, em detrimento de outros –, mas observá-la como voz importante para compreensão do fenômeno científico a partir de uma visão monista sobre o conhecimento humano e seu papel na formação das atividades sociais.

Nessa linha de discussão, o levantamento dos verbos nos permitiu observar como os posicionamentos enunciativos se desenvolveram ao longo dos artigos, reforçando a planificação latente à ordem do texto. Assim, no artigo “A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática da linguagem”, do campo da Filosofia, aparecem verbos como “defendemos”, “discutimos”, “procurando mostrar”, que, partindo da natureza do objeto de pesquisa do estudo, sinalizam os objetivos do autor do texto. Esses verbos, classificados como “textuais ou de atividade discursiva” (cf. THOMAS e HAWES, 1994 *apud* MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 104), nos apontam para uma visão de ciência em que o fazer do cientista e, por conseguinte, seu diálogo com os pares, com a comunidade e as instituições científicas, perpassa o agir languageiro e molda a textualização própria do agente-produtor que responde às motivações do mundo social e do mundo subjetivo em que este texto se produz e é recebido. Desse modo, semanticamente, estão relacionados, seguindo a tradição iniciada por Benveniste ([1968] 2006), ao plano do discurso, pois podemos perceber a mobilização do agente-produtor, sobretudo, sua intenção de influenciar o seu interlocutor em defesa de seu argumento.

Seguindo os critérios de Bronckart (1999), esses verbos posicionariam o texto na ordem do “expor”, em que o mundo discursivo criado é conjunto ao mundo ordinário. Contudo, não indicariam, puramente, o “discurso teórico”, como poderíamos imaginar *prima facie*. No caso específico, o “discurso teórico”, embora tenha sua autonomia linguisticamente marcada, apresenta-se subvertido pela assinatura do agente-produtor, quando interpõe segmentos de “discurso interativo”, pelos quais se fazem remissões à própria atividade expositiva do gênero “artigo científico” (função de relatar uma pesquisa), implicando, portanto, parâmetros da interação verbal (notadamente os agentes dessa interação), tal como podemos perceber na escolha dos verbos empregados no texto analisado.

Assim, observamos que, apesar de se inscrever nas coordenadas de um discurso teórico, o artigo leva em consideração os possíveis interlocutores quando dirige a atenção, supõe a aprovação e antecipa as objeções de seu leitor, o que o faz inscrever-se, também, nas coordenadas de um mundo interativo, causando, desse modo, a fusão entre o discurso interativo e o discurso teórico. Sobre isso, Coutinho (2004) já previa que, no texto científico, o discurso interativo aparece associado à implicação do produtor-investigador, quando formula hipóteses, discute pontos de vista e gere o espaço do texto.

Isso é um exemplo, conforme prevê Bronckart (1999, p. 126), de que, muitas vezes, “unidades não previstas ou atípicas podem aparecer localmente, em qualquer tipo de discurso”. Um agente-produtor, na construção de seu texto, é capaz de mobilizar um modelo e adaptá-lo, ou mesmo transformá-lo, criando uma forma específica de semiotização, em favor de uma dimensão discursiva própria. É importante frisar, ainda, que esse movimento de implicação e a interação ocorre ao longo de toda construção textual do artigo como marca de um posicionamento enunciativo que apresenta, subjacente, uma concepção de ciência assumida na construção do problema de pesquisa.

Já no artigo “Compreensão de discurso não literal: o caso de violações das máximas de quantidade e de solicitações indiretas”, do universo da Psicologia, há uma autonomia completa em relação aos parâmetros físicos da ação de linguagem, o que evidencia a presença do “discurso teórico”, segundo princípios bronckartianos. Esse valor genérico presente no texto, distintivo do valor dêitico, espelha a objetividade e a imparcialidade requeridas pelo método empirista de construção do conhecimento.

Sobre isso, pensando a ciência como atividade conduzida através de métodos rigorosos e técnicas específicas, Sabadini, Sampaio e Koller (2009, p. 21), orientam os pesquisadores do campo da Psicologia que a escrita científica deve ser clara e precisa, permitindo que seja “identificado exatamente o que foi feito e como foi feito”. A objetividade, responsável pela exatidão do texto, é utilizada, então, enquanto recurso linguístico para mascarar, qualquer traço de subjetividade que sugira um valor não científico ao texto, conforme apregoava a dicotomia popperiana “ciência *versus* pseudociência”.

Na mesma direção, constatamos a presença dos verbos “determinar” e “comparar” marcando os objetivos do estudo. Esses verbos “de pesquisa ou de atividade experimental”, (cf. THOMAS e HAWES, 1994 *apud* MOTTA-ROTH e HENDGES, 2010, p. 104), refletem a autonomia do agente-produtor do texto e sua intenção de apenas descrever o experimento, tornando-o passível de reexame por qualquer pesquisador. Essa forma de textualizar privilegia, igualmente, a objetividade requerida pela visão empirista de fazer ciência.

Com base nessas constatações, portanto, rematamos que a concepção de ciência que subjaz ao campo e que, conseqüentemente, é assumida pelo agente-produtor do texto interfere diretamente na escrita científica, do mesmo modo que o oposto também é verdadeiro, ou seja, a ciência também se constrói no agir linguageiro dos seus actantes, os cientistas. Nas análises aqui propostas, então, percebemos uma inclinação da Psicologia em se filiar ao paradigma de ciência dominante, ao passo que a Filosofia parece abstrair-se desse ideal de cientificidade.

Conclusão

Essa reflexão sobre o tema, embora inicial, nos leva a questionar o estatuto não-científico e científico, a validade e a pertinência de temas e metodologias e, especialmente, a implicação do cientista, agente-produtor da ciência, na atividade científica. Nesse sentido, nossos resultados são importantes por problematizarem a concepção de ciência vigente e por alertarem para a necessidade de construção dos novos/outros paradigmas do saber humano, assim como, para uma visão amplificada do gênero artigo científico, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias eficazes de letramento acadêmico nos meios universitários.

Merece atenção, ainda, a utilização do gênero “artigo científico”, como meio de publicizar os estudos, também no campo Filosófico, que, de acordo com o que se supõe, não almeja para si título de científico. Isso, todavia, reforça a noção de capital simbólico (cf. Bourdieu, ([1983], 2004) como motivação importante do mundo objetivo e social na construção da ciência.

Por último, pensando na fusão “discurso teórico” mais “discurso interativo”, os textos analisados nos dizem, ademais, que parece legítimo pensar, de maneira não estanque,

na caracterização dos tipos de discurso, de forma que eles possam ser suscitados (em associação, inclusive) pelas determinações próprias da atividade que o motiva. Os artigos exibem a formatação (relativamente estável, como já sabemos) do gênero de textual, porém, os tipos discursivos são refletidos de maneira única no texto, trazendo marcas das liberdades e restrições dos mundos objetivo, social e subjetivo, o que permite organizações diversas.

Certamente esta é uma discussão inicial e que está longe de apresentar um ponto final dada sua complexidade e abrangência. Somos cientes da limitação de se trabalhar apenas com um exemplar do gênero de cada disciplina escolhida. Esperamos, contudo, que seja um mote para pesquisas futuras, assim como será para consubstanciar as discussões no cerne do projeto ATA, motor desse estudo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A ciência como forma de conhecimento. *Ciências & Cognição*, v. 08, p. 127-142, 2006.

BENVENISTE, E. Estrutura da língua e estrutura da sociedade [1968]. IN: BENVENISTE, E. *Problemas de Linguística Geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRONCKART, J-P. *Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.

_____. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2012 [1997].

_____. *O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008.

CARTWRIGHT, N. *How the Laws of Physics Lie*. Oxford: Clarendon Press, 1983.

CHALMERS, A. F. *O que é ciência, afinal?* São Paulo: Editora Brasiliense: 1993.

CHAMPAGNE, M. Compreensão de Discurso Não Literal: O caso de violações das máximas de quantidade e de solicitações indiretas. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 14, n. 2, p. 379-385, 2001.

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Portugal, v. 16, n. 02, p. 221-236, 2003.

COUTINHO, M. A. A ordem do expor em gêneros acadêmicos do português europeu contemporâneo. *Calidoscópio*, v. 02, n. 02, p. 9-15, 2004.

FILHO, D. M. de S. A Teoria dos Atos de Fala como concepção pragmática da linguagem. *Filosofia Unisinos*, v. 7, n. 3, p. 217-230, set/dez 2006.

HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. Tomos 1 e 2. Paris: Fayard, 1987.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. *Produção textual na universidade*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

POPPER, K. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo: Cultrix, 2007 [1934].

PRIMON, Ana Lúcia de Mênaco et al. História da ciência: da Idade Média à Atualidade. *Psicólogo inFormação*, ano 4, n. 4, p. 35-51, jan/dez 2000.

SABADINI, A. A. Z. P.; SAMPAIO, M. I. C.; KOLLER, S. H. (Orgs.). *Publicar em psicologia: um enfoque para a revista científica*. São Paulo: Associação Brasileira de Editores Científicos de Psicologia/Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2009.